



Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo
ISSN: 2362-583X
revistaredoeda@gmail.com
Universidad Nacional del Litoral
Argentina

LEAL, ROGÉRIO GESTA; FOCKINK RITT, CAROLINE
Comunicado científico: A Lei Anticorrupção brasileira e a previsão
de procedimentos internos de integridade: compliance corporativo
Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, vol. 2, núm. 2, 2015, Julho-
Universidad Nacional del Litoral
Argentina

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=655969787038>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO

VOL. 2 | N. 2 | JULIO/DICIEMBRE 2015 | ISSN 2362-583X
SANTA FE | ARGENTINA | PERIODICIDAD SEMESTRAL

Promoción:



Revista oficial de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo
formada por las siguientes instituciones:



UNIVERSIDAD NACIONAL
DEL LITORAL



PONTIFICIA
UNIVERSIDADE
CATOLICA DO PARANÁ



UNIVERSIDADE DA
CORUÑA



UNIVERSIDAD NACIONAL
DE ROSARIO



UNIVERSIDADE DE
SANTA CRUZ DO SUL



UNIVERSIDAD DE
SALAMANCA



UNIVERSIDAD
EMPRESARIAL SIGLO 21



INSTITUTO DE DIREITO
ROMEU F. BACELLAR



UNIVERSIDAD DE
HUELVA



UNIVERSIDAD NACIONAL
DEL COMAHUE



FACULDADES
INTEGRADAS
DO BRASIL



UNIVERSITÀ
COMMERCIALE
LUIGI BOCCONI



ASOCIACIÓN ARGENTINA
DE DERECHO
ADMINISTRATIVO



ESCUELA LIBRE DE
DERECHO
UNIVERSIDAD



UNIVERSITÀ LUM
JEAN MONNET



RED DOCENTE
EUROLATINOAMERICANA
DE DERECHO ADMINISTRATIVO



A Lei Anticorrupção brasileira e a previsão de procedimentos internos de integridade: *compliance* corporativo

Brazilian Anti-Corruption Law and the internal procedures of integrity: corporate compliance

ROGÉRIO GESTA LEAL*

Universidade de Santa Cruz do Sul (Brasil)
rleal@unisc.br

CAROLINE FOCKINK RITT**

Universidade de Santa Cruz do Sul (Brasil)
rittcaroline@unisc.br

Recibido el/Received: 13.05.2015 / May 13th, 2015
Aprobado el/Approved: 30.06.2015 / June 30th, 2015

RESUMO

O resumo tem como objetivo abordar a importância e o caráter educativo dos chamados mecanismos e procedimentos internos de integridade: *Compliance Corporativo*

Como citar este comunicado científico | How to cite this abstract: LEAL, Rogério Gesta; RITT, Caroline Fockink. A Lei Anticorrupção brasileira e a previsão de procedimentos internos de integridade: *compliance* corporativo. **Revista Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo**, Santa Fe, vol. 2, n. 2, p. 269-270, jul./dic. 2015. DOI: <http://www.dx.doi.org/10.14409/rr.v2i2.5234>.

* Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Doutor em Direito. Prof. Titular da UNISC. Professor da UNOESC. Professor Visitante da Università Túlio Ascarelli – Roma Trè, Universidad de La Coruña – Espanha, e Universidad de Buenos Aires. Professor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – ENFAM. Membro da Rede de Direitos Fundamentais-REDIR, do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, Brasília. Coordenador Científico do Núcleo de Pesquisa Judiciária, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura – ENFAM, Brasília. Membro do Conselho Científico do Observatório da Justiça Brasileira. Coordenador da Rede de Observatórios do Direito à Verdade, Memória e Justiça nas Universidades brasileiras – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

** Doutoranda em Direito na Universidade de Santa Cruz do Sul/RS UNISC. Mestre em Direito e Professora da UNISC. Participa do grupo de pesquisa coordenado pelo Prof. Titular Dr. Rogério Gesta Leal, intitulado *Patologias Corruptivas nas relações entre Estado, Administração Pública e sociedade: causas, consequências e tratamentos*. Coordena o grupo de pesquisa *Fundamentação e formatação de políticas de combate à corrupção no Brasil: responsabilidade compartilhadas entre o espaço público e privado*. Autora de vários artigos em revistas jurídicas especializadas e coautora do livro o Estatuto do Idoso: aspectos sociais, criminológicos e penais, em coautoria com Eduardo Ritt, pela Editora Livraria do Advogado, em 2008. Organizadora do livro eletrônico: Temas atuais no direito penal e processual penal; juntamente com os colegas Eduardo Ritt e Edison Botelho, pela EDUNISC. Coordenou em 2013 e 2014 o projeto de extensão - Direitos da Mulher Agredida - desenvolvido junto à Delegacia de Polícia de Santa Cruz do Sul/RS.



que estão previstos na *Lei Anticorrupção*, regulamentada pelo decreto 8.420, de 18 de março de 2015. O procedimento metodológico adotado foi o método descritivo através de pesquisas bibliográficas. Far-se-á a análise da corrupção tanto no Mundo como no Brasil, concluindo-se que ela é um fenômeno que ocorre em grandes proporções no Brasil e no mundo, estando presente em praticamente toda a sociedade, como também na administração pública e no meio empresarial. O Brasil possui institutos jurídicos esparsos, principalmente de caráter penal, prevendo a punição de práticas corruptivas. Aprovou legislação específica batizada como Lei Anticorrupção que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira dentre outras providências. Far-se-á a análise da referida lei, apontando seus principais aspectos históricos e jurídicos para, finalmente, abordar-se a *compliance*: que são os mecanismos e procedimentos internos de integridade. A importância e o caráter educativo que possuem estas medidas, que deverão ser adotadas pelas empresas para evitar e combater comportamentos corruptivos. Concluindo-se pela importância da regulamentação pelo decreto 8.420, de 18 de março de 2015 que trouxe como principais pontos que o programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica. Deverão ter como elementos principais um sistema de auditoria interna, canal de denúncia com treinamento de funcionários sobre o Código de Conduta que deverá ser confiável e efetivo e possuir força coercitiva em caso de infrações, aplicado a todos os funcionários, inclusive dirigentes. A principal conclusão é que estes procedimentos internos de integridade, agora devidamente regulamentados, trarão como principal consequência uma mudança de comportamento empresarial, trazem um importante caráter educativo, que deu a lei Anticorrupção a definição, por alguns juristas de *Lei da Empresa Limpa*.

Palavras-chave: corrupção; Lei Anticorrupção; responsabilização; *compliance corporativo*.

Keywords: corruption; Anti-Corruption Law; accountability; corporate compliance.